



ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2001 A AGOSTO/2002

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a".

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares	
	JAN a AGO/2002	SET/2001 a AGO/2002
I - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (*)	761.253	1.198.357
Pessoal Ativo	535.520	903.809
Pessoal Inativo e Pensionista	235.657	390.865
Despesas não computadas	9.924	96.317
(-) Despesas de fora do período de apuração (art. 18, § 2º, da LRF)	3.207	86.922
(-) Indenização por Demissão (art. 19, § 1º, I, da LRF)	6.716	9.388
(-) Convocação extraordinária (art. 19, § 1º, III, da LRF)	1	8
(-) Inativos com recursos vinculados (art. 19, § 1º, VI, a, da LRF)	0	0
II - OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL (art. 18, § 1º, da LRF)	1.708	1.708
III - TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	762.961	1.200.065
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	132.390.159	189.627.941
V - PERCENTUAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL (III/IV)	0,58	0,63
VI - LIMITE PRUDENCIAL (art. 22, § único, da LRF) - 1,15%	1.522.487	2.180.721
VII - LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - 0,67%	887.014	1.270.507
VIII - LIMITE LEGAL (art. 20, incisos I, II e III, da LRF) - 1,21%	1.601.921	2.294.498

Fonte: SIAFI, SIGESP e Portaria STN nº 449, de 13.09.2002, divulgada no site da STN.

(*) Não foi deduzido o valor relativo à ressalva prevista no art. 71 da LRF.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

MARIA BERENICE ROSA
Secretária de Controle Interno
Substituta
Contadora CRC/DF - 5764

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador CRC/DF - 007504/0-8

(Of. El. nº 008)

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 24 de setembro de 2002

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, a pedido do interessado e à vista do que consta nos Anais da Casa, declara que o Senhor WALDEMAR LUIZ ALVES exerceu o mandato de Deputado Federal de 1º.02.63 a 09.04.64, tendo tido seu mandato cassado conforme publicação ocorrida no Diário Oficial da União de 10 de abril de 1964 (fls. 3217), com fundamento no artigo 10 do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, cujos efeitos foram superados pela Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, pela Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985 e pelo art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta vigente, conferindo ao ex-Deputado Federal WALDEMAR LUIZ ALVES a condição de anistiado.

Por ser verdade, firmo e dou fé à presente Declaração.

Deputado AÉCIO NEVES

(Of. El. nº 27Ccamara180)

SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 1, DE 26 DE SETEMBRO DE 2002

Aprova Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal e seus Órgãos Supervisionados, referente ao segundo quadrimestre de 2002.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso II e parágrafo único, e, 55, inciso I, alínea "a" e parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, consolidado, referente ao período de setembro de 2001 a agosto de 2002, na forma do anexo, nos termos dos Arts. 18, 19, e 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senador RAMEZ TEBET

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO/2001 A AGOSTO/2002

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo	R\$ Milhares	
	DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	Jan a Abr/2002	Set/2001 a Ago/2002
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	535.000	835.130
Pessoal Ativo	365.114	613.056
Pessoal Inativo e Pensionistas	206.296	334.173
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)	36.410	112.099
(-) Precatórios (Sent. Judiciais), ref. a período anterior ao de apuração	0	0
(-) Inativos com recursos vinculados	0	0
(-) Indenizações por Demissão	949	1.649
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	35.461	110.450
(-) Convocação Extraordinária (inciso 18, § 1º 6º, art. 57 da CF)	0	0
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (artigo 18, § 1º da LRF) (II)	0	0
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I+II)	535.000	835.130
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	132.390.159	189.627.941
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL	0,40%	0,44%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 0,82%	1.085.599	1.544.949
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - 0,47%	622.234	891.251
LIMITE LEGAL (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,86%	1.138.555	1.630.800

FONTE: SIAFI e SECONT/SSAFIN/SF E PORTARIA STN nº 449 de 13-09-2002.

CELSO APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro

MARTHA LYRA NASCIMENTO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(Of. El. nº 43/BP/SERH)

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 26 DE SETEMBRO DE 2002

OS PRESIDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e no artigo 67 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, bem como o contido na Mensagem nº 812 da Presidência da República, resolvem:

Art. 1º Ficam descontingenciados os valores constantes do Anexo a esta Portaria, referentes à limitação de movimentação financeira e de empenho de dotações orçamentárias consignadas aos Órgãos do Poder Judiciário na Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro MARCO AURÉLIO
Presidente do Supremo Tribunal Federal

Ministro NELSON JOBIM
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Ministro NILSON NAVES
Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal

Ministro FRANCISCO FAUSTO
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Ministro OLYMPIO PEREIRA
Presidente do Superior Tribunal Militar

Desembargador NATANAEL CAETANO
Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

ANEXO

LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO
FINANCEIRA
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL

ÓRGÃO	Limites de Movimentação e Empenho	Descontingenciamento ***Proporcional	Dotação Atual	R\$ Milhões				
				Dotação Inicial	Corte art. 67da LDO/02	Contingenciamento *		
							Proje-to	Ativi-dade
10.000	Supremo Tribunal Federal	62,5	5,2	1,9	-	1,9	1,7	57,1
11.000	Superior Tribunal de Justiça	69,7	6,5	0,2	2,2	2,4	2,1	62,9